

A Constituinte

# Comissões: a frustração das escolhas.

Pela primeira vez desde que assumiu a liderança do PMDB na Constituinte, o senador Mário Covas foi alvo de severas críticas. Nas comissões temáticas, que iniciaram seus trabalhos ontem, os constituintes se rebelaram contra o que classificaram de falta de democracia na escolha dos presidentes, vice-presidentes e relatores. No plenário da Assembleia, os parlamentares que ficaram fora das comissões extravasaram toda a sua frustração e fizeram ameaças. Covas foi a todas as comissões, e tentou explicar os mecanismos políticos que conduziram às opções, frutos de acordos com os demais partidos, mas não convenceu, ou pelo menos não conseguiu apagar por inteiro as decepções.

"Se não me derem lugar numa comissão, renunciarei ao mandato e voltarei ao meu Estado para dizer ao povo amazonense, que me elegeram para fazer a nova Constituição, que fui rejeitada, não me deixaram trabalhar", ameaçou a deputada Beth Azize (PSB-AM), indignada por ter ficado fora da Comissão de Ordem Econômica. Ela reclamou principalmente do PMDB: "Hoje, o PMDB está fazendo com os pequenos partidos o que faziam com ele sob o regime autoritário", desabafou, dirigindo-se ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e do PMDB, que prometeu examinar o assunto.

Na Comissão de Ordem Social, o senador Ronan Tito (PMDB-MG) garantiu que o plenário tinha direito de rebelar-se em função do "prato feito" oferecido por Covas. Ao seu lado, o deputado Hélio Costa (PMDB-MG) observava que quem tinha chegado à liderança condenando justamente os acertos prévios de cúpula não poderia agir contraditoriamente.

Na Comissão de Ordem Econômica, o deputado Roberto Cardoso Alves reagiu à indicação do relator Severo Gomes (ambos do PMDB de São Paulo). Cardoso Alves alegou que eram muito parecidos, pois tinham propriedades rurais e industriais, embora o preferido de Covas fosse muito mais rico que ele.

Na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, a bancada nordestina ameaçou abandonar o recinto na hora da votação, porque esperava ficar com os principais cargos para poder forçar uma drenagem maior de recursos para a região. Deu Francisco Dornelles, do Rio, para presidente, e José Serra, de São Paulo, para relator. Mas, mesmo contrariados, os nordestinos acabaram ficando.

O deputado Fernando Santana, do PCB da Bahia, excluído da Comissão de Ordem Econômica (por iniciativa do secretário-geral da Mesa, o funcionário da Câmara Paulo Afonso Martins), adiantou que não aceitará mais nenhum cargo preferido ficar "passando de comissão em comissão, para acompanhar os trabalhos da Constituinte, sem fazer parte de nenhuma delas".

O deputado Cássio Cunha Lima (PMDB-PB) reclamou dos conchavos, da interferência dos governadores e do Planalto, salientando que os constituintes não tinham outra saída a não ser comer o "prato feito". E o deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES) disse não entender como um processo constitucional tenha como base inicial critérios meramente políticos e deixe de lado a vivência dos constituintes nos setores específicos das comissões e a capacidade de cada um.

## Ninguém quis lembrar "o pacote de abril" de Geisel

Nenhum dos constituintes fez ontem qualquer menção ao 10º aniversário do chamado "pacote de abril", editado pelo então presidente Geisel, que resultou no fechamento do Congresso. Nenhum dos congressistas que cumpriram mandato naquela ocasião foi à tribuna para criticar esse ato de força do regime militar — nem mesmo os que pertenciam então à agremiação do governo, a extinta Arena. Todos estavam muito ocupados com a escolha dos relatores das diversas comissões da Assembleia.

"Foi um dos mais doloráveis momentos da história política do País, não apenas pelo fechamento do Congresso e cerceamento das prerrogativas de seus integrantes como pela edição de atos que resultaram no fim das eleições diretas e na criação dos senadores biônicos" — criticou ontem o atual 1º vice-presidente da Constituinte, Mauro Benevides, que, na época, era secretário da Mesa do Senado.

Benevides acompanhou de perto a "missão Portela", que buscou recuperar a imagem do governo depois do pacote de abril. Ele acha que esse ato de força "provocou um hiato no processo de redemocratização gradual do País". "Com isso, abriu oportunidade a que o senador Petrônio Portela retomasse entendimentos com a sociedade civil num clima de desconflância, o que ficou conhecido como o diálogo sobre o nada".

O deputado Henrique Alves (PMDB-RN) era um dos mais jovens parlamentares do Congresso na época. Hoje, ele faz uma crítica: "O partido deveria ter recusado taticamente e aprovado a reforma do Judiciário enviada pelo governo, o que teria impedido o fechamento do Congresso". E admite: "O pacote foi um retrocesso dentro do retrocesso, num momento em que o País lutava para reconquistar sua democracia".



A busca dos votos

## Acabar com os marajás: proposta do governador de Alagoas.

Entre as 229 sugestões já apresentadas, e que servirão de base para o trabalho das subcomissões temáticas, uma o foi fora da Constituinte: a do governador de Alagoas,

Fernando Collor de Mello, sugerindo que os Estados e municípios não poderão criar formas de remuneração diferentes das que sejam previstas em lei complementar para o funcionalismo público federal. A intenção do governador é acabar com a figura do marajá e por isso prevê punição rigorosa para os desobedientes: a perda do mandato do chefe do Executivo que ignorar as diretrizes

federais e criar lei especial de salários para o funcionalismo estadual ou municipal, implicando ainda essa desobediência na ineligibilidade do ocupante do cargo. A proposta de Collor de Mello será examinada pessoalmente pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pois não se enquadra no regimento interno da Assembleia, que não prevê sugestões de governadores. Já



Dornelles, na Comissão Tributária.

o deputado Salim Curiati (PDS-SP) propôs a redução do número de deputados, dos atuais 479 para apenas 203, garantindo o mínimo de quatro parlamentares por Estado e Distrito Federal, e o mínimo de dois para os territórios. Curiati também propôs o direito de voto para maiores de 16 anos, a redução para um ano no mandato das Mesas Diretores da Câmara e Senado, e a liberação dos jogos de azar no País.

## Quércia acha "fundamental" acelerar debate sobre o mandato de Sarney



Quércia: "não é hora de formar frente".

Embora negue que esteja articulando a formação de uma frente de governadores para definir a duração do mandato do presidente Sarney, o governador Orestes Quércia admitiu ontem que considera "fundamental" acelerar as discussões sobre o assunto. Quércia confirmou ainda que pretende reunir-se com os governadores Moreira Franco e Newton Cardoso. "Mas não é para formar uma frente", advertiu Quércia. "A questão do mandato do presidente deve ser decidida pelo PMDB como um todo. E os governadores devem participar dessa discussão".

No PFL, essa possibilidade de início de conversações sobre a questão vem provocando sucessivas reuniões. Os frentistas apenas esperam uma definição para lançar a candidatura do ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, à Presidência. "Ele já se tornou o candidato natural do PFL", afirmou ontem o ex-deputado Paulo Cícero, atual presidente do PFL mineiro. Para muitos essa informação não é uma novidade — mas ela vinha sendo guardada em segredo pelos líderes frentistas, que preferiram um momento oportuno para revelar.

Cícero explicou ainda que toda a estratégia da campanha de Aureliano depende apenas das discussões sobre o mandato de Sarney. "Estamos numa encruzilhada", constatou Cícero. "O texto constitucional diz que o mandato será de seis anos. Mas a Constituinte é soberana e poderá dispor em contrário. Para nós, isso gera insegurança, principalmente porque acreditamos num mandato definido a partir do desempenho da economia brasileira".

## Discussões

As discussões sobre o tempo que ainda resta a Sarney na Presidência certamente ganharão um ritmo mais acelerado a partir das declarações do ministro Dante de Oliveira, da Reforma Agrária, segundo as quais o mandato de seis anos equivale a golpe. Na oposição e, principalmente, no PFL, isso foi recebido com espanto.

"Como é que um ministro de Estado pode dizer um negócio desses?" — surpreendeu-se o líder do PDS, deputado Amaral Neto. E foi apoiado por seu colega Artenir Werner (PDS-SC): "Dante está pedindo para o chefe mandá-lo embora. E até hilariante um ministro querer encurtar o mandato de seu presidente". José Luís Maia (PDS-PI) concordou: "Isso é ato de insubordinação. Ele já devia ter sido mandado embora há muito tempo. Eu, do PDS, por sentimentalismo, defendo o mandato de seis anos, porque só daqui a dois mil anos o Nordeste poderá ter novamente um presidente".

O líder do PTB, deputado Gastone Righi, preferiu não acreditar que Dante tivesse dito o que disse: "Só se ele estiver achando o governo tão ruim e quer acabar mais cedo". Mas o líder do PDT, Brandão Monteiro, viu nas declarações de Dante uma oportunidade para criticar Sarney: "Seis anos é um golpe contra o povo brasileiro. A crise tem sua origem na ilegitimidade do mandato de Sarney que, infelizmente, não pensa no Brasil, não tem propostas para a crise e só pensa no fiquismo. Isto é, ele trata os compromissos de Tancredo Neves e do PMDB, e quer ficar no poder seis anos, confundindo transição com governo normal".

As discussões não param. Exatamente por isso, poderam alguns, está na hora de não mais adiar o assunto. O próprio Quércia acredita que a atual situação econômica do Brasil poderá facilitar esse entendimento, através da união dos partidos, conforme propõe o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP): "É preciso um maior entendimento em torno das teses prioritárias".

# Quem é quem

Para conseguir eleger os presidentes e relatores, os líderes receberam muitas ameaças. No final, prevaleceram os acordos e até o PDS foi contemplado.

## Governo

A Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo foi instalada e logo começou o debate sobre a implantação do Parlamentarismo, por iniciativa do deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG), que sugeriu uma definição preliminar do futuro regime de governo, sob pena de comprometer os trabalhos da própria comissão. Há subcomissões para tratar especificamente do funcionamento do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, e estas podem tomar rumos diferentes na discussão dos temas políticos e institucionais, observou o constituinte mineiro.

"Esta é a comissão mais importante", afirmou o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB/PE) depois de indicado para relator pelo presidente eleito, deputado Oscar Correia (PFL/MG). O 1º vice-presidente será Maurício Correa (PDT/DF) e o 2º Dalton Canabrava (PMDB/MG) sendo a mesa diretora da comissão eleita por 56 dos 63 integrantes, numa composição previamente acertada pelas lideranças e repudiada pelo deputado Manoel Ribeiro (PA) malufista recentemente convertido ao PMDB.

A eleição dos dirigentes da comissão durou mais de uma hora, e Manoel Ribeiro ainda quis adiar para hoje, considerando que não havia unidade da bancada do PMDB em favor de Egídio Ferreira Lima para relator. Outros deputados antecipa dos nomes pelo acordo de lideranças, embora todos ressaltassem qualificação da direção da comissão. Jorge Hage (PMDB/BA) protestou contra o pedido de adiamento lembrando que a Constituinte está com mais de um mês de atraso em seu cronograma estimativo de trabalhos. O presidente Oscar Correia cometeu alguns lapsos ao dar início aos trabalhos: chamou o deputado Maurício Correa de "Raimundo" e o senador José Fogaça de "deputado".

## Estado

Com a presença de apenas 46 dos 63 titulares, a Comissão de Organização do Estado elegeu José Thomaz Nono (PFL) para presidente, com 44 votos; Nabor Júnior e José Maranhão, ambos do PMDB, com 44 votos cada, para 1º e 2º vice-presidentes. O cargo de relator, por acordo de lideranças, coube ao senador José Richa (PMDB), que não tomou posse porque está fora do País.

Nesta comissão, o PMDB deverá indicar mais quatro parlamentares para preencher as vagas do PTB, PT, PC do B e PL, que não têm deputados e senadores suficientes para as vagas a eles destinadas. O líder do PMDB na Constituinte explicou que isso só será feito depois que o partido receber uma lista-gem completa de todas as comissões.

Ontem mesmo, enquanto Thomaz Nono instalava a comissão, o

## Soberania

A comissão de Soberania dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher iniciou seu trabalho ontem sob protestos de vários parlamentares, do PMDB e PFL, que apoiaram as críticas do deputado Ziza Valadares (PMDB-MG) que se recusou a votar para a eleição do presidente e dois vices da comissão. "Isto aqui virou uma farsa, chega de receber prato feito e bancar vaca de presépio", disse Valadares, protestando contra o acordo feito entre PMDB e PFL dando a presidência ao deputado Mário Assad (PFL), a 1º vice-presidência a Aécio Neves e a 2º a Anna Maria Rattes (ambos do PMDB). O peemedebista gaúcho José Paulo Bisol ficou com o cargo de relator.

Diante dos protestos, o senador João Menezes, que dirigia os trabalhos, encerrou a sessão convocando outra para a tarde e desabafou: "Eu também não estou entendendo direito, cai de pára-quadras aqui e só fui avisado de tudo há uma hora". O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, festejou até então, foi o mais criticado.

As 15 horas a comissão voltou a se reunir e mais uma vez Ziza Valadares liderou os protestos. Mas, mesmo assim, todos se renderam e endossaram os nomes previamente acertados pela cúpula dos partidos: Mário Assad teve 42 votos, Aécio Neves e Anna Maria Rattes foram eleitos com 38 indicações.

## Economia

Prevaleceram os acordos interpartidários também na escolha da Mesa diretora da Comissão da Ordem Econômica, que terá o deputado José Lins (PFL-CE) na presidência; o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) na 1º vice-presidência; o senador Albano Franco na 2º vice-presidência; e o senador Severo Gomes (PMDB-SP) como relator, por indicação regimental de José Lins, apesar de o deputado peemedebista Roberto Cardoso Alves (SP) ter tentado estabelecer a decisão por votação.

Cardoso criticou os acordos de liderança que definiram os presidentes e relatores das comissões, sem que fosse ouvida a maioria dos membros dos partidos. Com apoio de alguns dissidentes do próprio PMDB, do PFL e do PDS, Cardoso Alves lançou-se candidato a rela-

## Sistema tributário

A Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças será presidida pelo ex-secretário da Receita Federal e ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, do PFL do Rio. O PMDB, graças aos acordos interpartidários, ficará com os outros três cargos de importância: o deputado José Serra (SP) será o relator; Osmundu Rebouças (CE) e Ivo Vanderlinde (SC) ficarão com a 1º e 2º vice-presidências.

## Garantia

O PDS ganhou a presidência de uma única das comissões temáticas, a da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia nas Instituições, através do senador Jarbas Passarinho (PA), cuja eleição foi tranquila. Passarinho teve seu nome saudado até pelo líder Mário Covas, que o apontou como conhecedor do assunto e parlamentar experiente. O relator indicado pelo presidente foi o deputado Prisco Viana (BA), hoje no PMDB mas tendo sido da antiga Arena e do PDS.

## Social

Após uma reunião confusa, em que predominaram as críticas à democracia usada pelo PMDB e PFL na composição de sua direção, a Comissão de Ordem Social confirmou o nome do deputado Edme Tavares (PFL-PB) para a presidência. Almir Gabriel (PMDB-BA), indicado para relator, abriu mão do cargo diante das críticas levantadas por parlamentares do PMDB liderados pelo deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), que decidiu também concorrer ao cargo. O assunto foi discutido em reunião de líderes ontem à noite, mas não houve definição: Gabriel obteve 7 votos e Leonelli 6. Devido à inexpressividade do quórum da reunião, o líder Mário Covas decidiu a questão hoje. A 1º vice-presidência ficou com Hélio Costa (PMDB-MG) e a 2º com Adilson Mota (PDS-CE).

## Família

O deputado Marcondes Gadelha PFL-PA, indicado pelo acordo de lideranças para a presidência da comissão de Família, Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, e da Comunicação foi mantido no cargo recebendo 50 dos 60 votos dos constituintes que integram a comissão. Ele concorreu com o deputado Mendes Ribeiro — PMDB-RS, que decidiu apresentar-se para a disputa, depois de criticar a indicação de Gadelha, afirmando que há mais de um mês encaminhou uma carta ao líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, apresentando-se como candidato.

Confirmada a sua indicação, Gadelha referendou o nome do deputado Arthur da Távola — PMDB-RJ, para relator, que havia sido indicado por Covas. Com 47 votos, ficou na 1º vice-presidência o deputado José Elias Moreira, PTB-MS e na 2º vice-presidência o deputado Osvaldo Sobrinho, PMDB-MT.

## Uma Assembleia com problemas. Mas mais democrática.

crivo de oito comissões temáticas e, depois, pela Comissão de Sistematização, antes de votação final, em plenário — sem data pré-fixada.

Na Constituinte de 1946 e na reforma constitucional de 67 os líderes não tiveram o trabalho de distribuir todos os parlamentares em todas as comissões, agradando a uns e desagradando a outros, como está ocorrendo hoje. Em 46 e em 67 não havia comissões temáticas, muitos menos Comissão de Sistematização.

O regimento interno da Constituinte de 46 — promulgado a 12 de

## Quem é quem

Para conseguir eleger os presidentes e relatores, os líderes receberam muitas ameaças. No final, prevaleceram os acordos e até o PDS foi contemplado.

## Governo

A Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo foi instalada e logo começou o debate sobre a implantação do Parlamentarismo, por iniciativa do deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG), que sugeriu uma definição preliminar do futuro regime de governo, sob pena de comprometer os trabalhos da própria comissão. Há subcomissões para tratar especificamente do funcionamento do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, e estas podem tomar rumos diferentes na discussão dos temas políticos e institucionais, observou o constituinte mineiro.

"Esta é a comissão mais importante", afirmou o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB/PE) depois de indicado para relator pelo presidente eleito, deputado Oscar Correia (PFL/MG). O 1º vice-presidente será Maurício Correa (PDT/DF) e o 2º Dalton Canabrava (PMDB/MG) sendo a mesa diretora da comissão eleita por 56 dos 63 integrantes, numa composição previamente acertada pelas lideranças e repudiada pelo deputado Manoel Ribeiro (PA) malufista recentemente convertido ao PMDB.

A eleição dos dirigentes da comissão durou mais de uma hora, e Manoel Ribeiro ainda quis adiar para hoje, considerando que não havia unidade da bancada do PMDB em favor de Egídio Ferreira Lima para relator. Outros deputados antecipa dos nomes pelo acordo de lideranças, embora todos ressaltassem qualificação da direção da comissão. Jorge Hage (PMDB/BA) protestou contra o pedido de adiamento lembrando que a Constituinte está com mais de um mês de atraso em seu cronograma estimativo de trabalhos. O presidente Oscar Correia cometeu alguns lapsos ao dar início aos trabalhos: chamou o deputado Maurício Correa de "Raimundo" e o senador José Fogaça de "deputado".

## Estado

Com a presença de apenas 46 dos 63 titulares, a Comissão de Organização do Estado elegeu José Thomaz Nono (PFL) para presidente, com 44 votos; Nabor Júnior e José Maranhão, ambos do PMDB, com 44 votos cada, para 1º e 2º vice-presidentes. O cargo de relator, por acordo de lideranças, coube ao senador José Richa (PMDB), que não tomou posse porque está fora do País.

Nesta comissão, o PMDB deverá indicar mais quatro parlamentares para preencher as vagas do PTB, PT, PC do B e PL, que não têm deputados e senadores suficientes para as vagas a eles destinadas. O líder do PMDB na Constituinte explicou que isso só será feito depois que o partido receber uma lista-gem completa de todas as comissões.

## Economia

Prevaleceram os acordos interpartidários também na escolha da Mesa diretora da Comissão da Ordem Econômica, que terá o deputado José Lins (PFL-CE) na presidência; o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) na 1º vice-presidência; o senador Albano Franco na 2º vice-presidência; e o senador Severo Gomes (PMDB-SP) como relator, por indicação regimental de José Lins, apesar de o deputado peemedebista Roberto Cardoso Alves (SP) ter tentado estabelecer a decisão por votação.

Cardoso criticou os acordos de liderança que definiram os presidentes e relatores das comissões, sem que fosse ouvida a maioria dos membros dos partidos. Com apoio de alguns dissidentes do próprio PMDB, do PFL e do PDS, Cardoso Alves lançou-se candidato a rela-

tor, obtendo 12 votos entre os 57 votantes da comissão.

O desagrado dos integrantes da Comissão de Ordem Econômica foi expresso nos aproximadamente 10% de votos em branco e 11% anulados proposadamente. A apuração resultou em 44 votos para José Lins; 46 para Hélio Duque e 41 para Albano Franco. A eleição para a presidência e suplências das três subcomissões de Ordem Econômica será hoje, às 15 horas, embora neste caso os acordos também já estejam praticamente fechados. Os líderes apenas não têm divulgado os nomes para evitar maiores conflitos, como os registrados ontem.